
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E O PROJETO DE MITIGAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: O CASO DO PROJETO QUIPEA

Leonor Franco de Araújo¹

RESUMO

O trabalho ora apresentado trata do Projeto Quipea, Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, resultado da opção feita SHELL para trabalhar com Comunidades Quilombolas, seguindo a Linha “A” da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10: Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental. Para isso, investiu esforços na identificação das principais questões estruturantes dessas comunidades, na inclusão social, por meio da contratação de equipe quilombola local, e no desenvolvimento de processos formativos. Tudo isto para subsidiar a intervenção qualificada das comunidades quilombolas em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios advindos da exploração de petróleo. A proposta tem alicerces na educação ambiental crítica e participativa preconizada por Paulo Freire, com metodologia baseada em construção dialogada e comunitária de cada etapa e cada atividade do projeto. Estas comunidades foram sistematicamente impossibilitadas de obter a propriedade das terras, onde vivem hoje e viveram seus antepassados, e que têm função fundamental na manutenção de sua identidade e modo de vida. Dessa forma, o trabalho junto a estas comunidades pautou-se nos conceitos de identidade, territorialidade e suas formas de organização social. Além disso, os quilombolas vêm sendo excluídos do acesso às políticas públicas mais básicas, como educação e saúde. Por isso, considera-se que estejam em situação de vulnerabilidade socioambiental, pois estão mais suscetíveis a sofrer impactos negativos das atividades econômicas que ocorrem ao seu redor e a não acessar os impactos positivos. Do ponto de vista quantitativo, o projeto trabalha com 20 comunidades quilombolas, 17 do norte fluminense e Região dos Lagos/RJ e 03 do sul do Espírito Santo. Estabeleceu um processo educativo com cerca de 400 pessoas, estimando média de 20 pessoas por comunidade. Dentre estes, trabalha-se com maior intensidade com os 40 representantes das comunidades na Comissão Articuladora e com os presidentes das Associações de Remanescentes de Quilombo.

Palavras-chave: Quilombolas. Educação. Identidade. Comunidades. Quilombo. Território

CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE PROJECT OF MITIGATION IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES: THE CASE OF THE QUIPEA PROJECT

ABSTRACT

The work presents treats of the project QUIPEA – Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, resulting of the option made by SHELL to work with Quilombolas Community, going in the Line “A” of the Technical Note CGPEG/DILIC/IBAMA N.º 01/10: Community organization to the participation at the environmental management, at the scope of environmental licensing. To this, through the hiring of staff from the local quilombo, and at the development of formative processes. All to subsidize the qualified intervention of quilombolas communities at decision making processes of distribution of costs/benefits came from the oil exploration. The propose has foundations on the critical environment education and inclusive recommended by Paulo Freire, with methodology based on a negotiated and communal building of each step and activity of the

¹ Mestrado em História. Professora Assistente da Universidade Federal do Espírito Santo.

project. These communities were systematically unable of having lands property, where they live nowadays and where their ancestors lived, and has the fundamental function of maintaining their identity and lifestyle. Therefore, the work together with these communities were established on the concepts of identity, territoriality and their forms of social organization. Moreover, the quilombolas are being excluded of the access to basic public politics, as education and health. So, its considered that they are on a vulnerability social-environment, since are more susceptible of suffering bad effects of economical activities that happen around of them and not having access to the good effects. From the quantitative point of view, the project works with 20 communities quilombolas, 17 from the fluminense north and Região dos Lagos/RJ and 3 of the south of Espírito Santo. Has provided a educative process with around 400 people, with the estimated average of 20 people per community. Among them, the work is made with bigger intensity with the 40 representatives of the Articulation Commission and with the presidents of the Remainder Associations of Quilombo.

Keywords: Quilombolas. Education. Identity. Communities. Quilombo. Territory.

LA EDUCACIÓN AMBIENTAL CRÍTICA Y EL PROYECTO DE MITIGACIÓN EN COMUNIDADES QUILOMBOLAS: EL CASO DEL PROYECTO QUIPEA

RESUMEN

El trabajo presentado trata del proyecto QUIPEA - Quilombos no Projeto de Educação Ambiental, resultado de la opción hecha por SHELL a fin de trabajar con Comunidades Quilombolas, siguiendo la Línea A de la Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N.º 01/10: Organización comunitaria para la participación en la gestión ambiental, en el ámbito de la licencia ambiental. Hacia eso, invistieron esfuerzos en la identificación de las principales cuestiones estructurales de esas comunidades, en inclusión social, por medio de la contratación de un equipo quilombola local, y en el desarrollo de procesos formativos. Todo eso para subsidiar la intervención cualificada de las comunidades quilombolas en procesos decisorios de distribución de costos/ventajas derivados de la explotación de petróleo. La propuesta tiene pilares en la educación ambiental crítica y participativa recomendada por Paulo Freire, con metodología basada en una construcción dialogada y comunitaria de cada etapa y actividad del proyecto. Estas comunidades fueron sistemáticamente imposibilitadas de obtener la propiedad de tierras, donde viven hoy y vivieron sus antepasados, y que tienen función fundamental a la manutención de su identidad y modo de vida. De esa manera, el trabajo, junto a estas comunidades se ha pautado en los conceptos de identidad, territorialidad y sus formas de organización social. Además de eso, los quilombos vienen siendo excluidos del acceso a las políticas públicas más básicas, como educación y salud. Por eso, se considera que estén en situación de vulnerabilidad socio-ambiental, pues están más susceptibles a sufrir impactos negativos de las actividades económicas que ocurren a su rededor y a no tener acceso a los impactos positivos. Del punto de vista cuantitativo, el proyecto trabaja con 20 comunidades quilombolas, 17 del norte fluminense y Região dos Lagos/RJ y 3 del Sul del Espírito Santo/ES. Se ha establecido un proceso educativo con cerca de 400 personas, estimando media de 20 personas por comunidad. Entre estos, se trabaja con mayor intensidad con los 40 representantes de comunidades en la Comissão Articuladora y con los presidentes de Associações Remanescentes de Quilombo.

Palabras clave: Quilombolas. Educación. Identidad. Comunidades. Quilombo. Territorio.

INTRODUÇÃO

O Projeto Quipea é um Projeto de Educação Ambiental Crítica que tem como

orientação geral A Linha de Ação A da NT 01/10 do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente): “Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental”. Ele está vinculado às atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural da Empresa Shell, nos campos de Bijupirá & Salema e Parque das Conchas. A implementação do Quipea é determinada por condicionantes das Licenças de Operação nº 847/2009, emitida em 07 de julho de 2009, e nº 336/2003, de 07 de outubro de 2010.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e o Decreto 4.281/02 que regulamentam a Educação Ambiental, a consideram um importante instrumento para a implementação de quaisquer empreendimentos que, de alguma forma, afetem o meio ambiente e, por consequência, a qualidade de vida das populações. Segundo a NT01/10 do IBAMA, anteriormente citada, e com base em Quintas, Gomes e Uema (2006), ela possibilita ao indivíduo e à coletividade se perceberem como sujeitos sociais capazes de compreenderem a complexidade da relação sociedade-natureza, bem como de se comprometerem em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural e construído.

Os Projetos deverão construir junto com as populações atingidas, ações que levem as comunidades das áreas dentro do seu campo de abrangência, alcancarem as condições necessárias para exercerem o controle social da gestão ambiental pública, ou seja, qualificarem as lideranças formadas e em formação para a conquista de sua autonomia política.

Neste sentido a educação ambiental não deve ser vista como mera formalidade dissociada dos demais programas exigidos como condicionantes de licença ou instrumento repassador de conhecimentos científicos. O caminho para a realização da educação ambiental no licenciamento passa necessariamente pela organização de espaços e momentos de troca de saberes, produção de conhecimentos, habilidades e atitudes que gerem a autonomia dos sujeitos participantes em suas capacidades de escolher e atuar transformando as condições socioambientais de seus territórios. (Loureiro, C. F. B. et al, 2009).

A metodologia do Projeto Quipea, alinhando-se a Educação Ambiental Crítica, baseia-se nos princípios teóricos da pedagogia freireana e da abordagem sócio histórica que parte do pensamento de Lev Vygotsky. Um dos pontos fundamentais é que o conhecimento é produzido no diálogo entre sujeitos mediados pela realidade (FREIRE, 1970). A aprendizagem é, portanto, um processo social compartilhado e gerador de

desenvolvimento (FREITAS, 2002).

A construção do conhecimento e a apreensão da realidade são processos coletivos que tem como ponto de partida a curiosidade, que para Freire é uma necessidade ontológica do ser humano. Ela é definida como “inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, [...] como procura de esclarecimento” (FREIRE, 2006: 31). A curiosidade “nasce” ingênua e deve ser superada por meio de sua criticidade e da rigorosidade metódica, tornando-se curiosidade epistemológica. Em tal movimento de superação, o conhecimento do mundo também se supera, passando do senso comum ao conhecimento científico.

É papel do educador neste processo tanto incitar a curiosidade, já que a sociedade capitalista produz “homens espectadores e não recriadores do mundo” (FREIRE, 1970), quanto contribuir na superação do conhecimento “ingênuo”. Sobre o papel do educador, a citação abaixo explicita o cerne do método e alguns de seus pressupostos básicos:

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (...). Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo [...]. (FREIRE, 1970: p. 86-87)

A leitura da realidade, que o processo educativo proporciona, deve dar-se de tal forma que reflexão e ação caminhem juntas, gerando práxis. O Projeto Quipea está equacionado em Fases, sendo que a Fase 1 deu-se entre março de 2010 e agosto de 2011 e objetivou a construção de uma Agenda Socioambiental que traduzisse as prioridades das comunidades quilombolas e orientasse as ações de educação ambiental a serem realizadas na Fase 2. O Plano de Trabalho para a Fase 2 foi aprovado em março de 2012, momento no qual foram reiniciadas as atividades do Projeto. A Fase 2 durou até abril de 2016 e agora estamos iniciando a Fase 3. As considerações feitas no texto em pauta, trarão as ações e o desenvolvimento do Projeto nas suas Fases 1 e 2.

RECORTE ESPACIAL

Este Projeto abrange os municípios da faixa litorânea entre Niterói (RJ) e Linhares (ES). De acordo com a regionalização proposta na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 e 02/10 (doravante denominada como NT nº 01/10), o Quipea está inserido nas regiões 5 – Bacia de Campos – e 6 – Bacia do Espírito Santo – e visa atender, simultaneamente, aos programas regionais PEA-BC e ao PEA-ES.

O Quipea optou por trabalhar com as comunidades remanescentes de quilombos presentes na área de influência dos empreendimentos da empresa. Tal escolha foi aprovada pelo Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA nº 440/09, de 23.12.2009, e está alicerçada na perspectiva da vulnerabilidade socioambiental dessas comunidades, conforme preconizam as Orientações Pedagógicas do IBAMA e a NT nº 01/10.

O recorte espacial se pauta no critério utilizado para inclusão das comunidades quilombolas no Quipea. Além de estar presente nos municípios da área de influência, a comunidade deve ter a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP). Durante a Fase 1 do Quipea, até então denominado PEA Shell, foram identificadas 11 comunidades, que se desdobraram em 15 com o tratamento individualizado das glebas presentes em Quissamã/RJ. Além destas, na Etapa de Transição entre as Fases 1 e 2 foram identificadas e incluídas cinco novas comunidades que haviam sido certificadas desde o mapeamento inicial, totalizando as 20 comunidades, apresentadas de forma regionalizada na Quadro 1.

Quadro 1: Comunidades envolvidas no PEA Shell, organizadas regionalmente.

| Região | Estado | Município | Comunidade |
|-------------------|--------|-----------------------------|-------------------|
| Lagos | RJ | Armação dos Búzios | Rasa |
| | | | Baía Formosa |
| | | Cabo Frio | Maria Joaquina |
| | | | Maria Romana |
| | | | Preto Forro |
| | | | Botafogo |
| | | Araruama | Soubara |
| Campos e Quissamã | RJ | Campos dos Goytacazes | Aleluia |
| | | | Cambucá |
| | | | Batatal |
| | | | Conceição do |
| | | Quissamã | Machadinha |
| | | | Fazenda Mutum |
| | | | Sítio Santa Luzia |
| | | | Bacurau |
| | | | Sítio Boa Vista |
| | | | |
| Norte e ES | RJ | São Francisco de Itabapoana | Deserto Feliz |
| | ES | Presidente Kennedy | Cacimbinha |
| | | | Boa Esperança |
| | | Itapemirim | Graúna |

PÚBLICO DEFINIDO

Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de cinco mil comunidades quilombolas.

O Decreto nº 4.887, de 2003, instituiu o Incra como o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas pelas comunidades quilombolas são aquelas que a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas considera de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Em sua estrutura regimental a temática quilombola é tratada pela Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. A condição de comunidade remanescente de quilombo é resultado da combinação entre a existência de uma identidade étnica e social compartilhada, a antiguidade da ocupação da terra e as práticas de resistência na manutenção e reprodução dos modos de vida característicos num determinado lugar (CARVALHO et al., 2000: p.4). Por isso, o trabalho junto a estas comunidades deve pautar-se nos conceitos de identidade, territorialidade e suas formas de organização social.

Estas comunidades foram sistematicamente impossibilitadas de obter a propriedade das terras onde vivem hoje e viveram seus antepassados, e que têm função fundamental na manutenção de sua identidade e modo de vida. Além disso, têm dificuldade para envolver toda comunidade no processo de auto reconhecimento. Completa o quadro, o fato de terem sido excluídas do acesso às políticas públicas mais básicas, como educação e saúde, resultado do Racismo Estrutural Brasileiro e da oligárquica divisão territorial no meio rural brasileiro. Por isso, considera-se que estejam em situação de vulnerabilidade socioambiental, pois estão mais suscetíveis a sofrer impactos negativos das atividades econômicas que ocorrem ao seu redor e a não acessar os impactos positivos. Neste contexto, o processo educativo desenvolvido com estas comunidades visa trabalhar na perspectiva da organização da comunidade para intervir

na gestão ambiental pública. As ações do Projeto são voltadas para as comunidades quilombolas em geral e para suas lideranças, tanto as consolidadas quanto as em consolidação.

EXECUÇÃO DO PROJETO QUIPEA

O Projeto Quipea é executado sob a orientação de um Plano de Trabalho para cada Fase existente. Existem ações que precedem a feitura desse Plano com o objetivo de torná-lo o mais representativo possível das demandas das Comunidades, ou seja, prima pela construção conjunta, comunitária e dialogada. A Agenda Socioambiental também é resultado dessas ações e nela se traduzem as prioridades das comunidades quilombolas, orientando as ações de educação ambiental a serem realizadas na Fase e levando subsídios para o Plano de Trabalho.

A Agenda Socioambiental da Fase 2 do Projeto QUIPEA foi resultado de um processo de construção dialogado com os membros componentes desse projeto, e alcançou sua culminância na realização do 2º Encontro Regional das Comunidades Quilombolas do QUIPEA nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2015, em Armação dos Búzios, com o objetivo geral de promover o intercâmbio entre representantes das comunidades do QUIPEA e com elas planejar os próximos passos do Projeto. Diversas foram as ações e eventos realizados nas primeiras Fases do Projeto para que a meta de democratização e socialização das atividades do QUIPEA no planejamento das Fases, chegassem de forma clara e objetiva às comunidades.

Equipe Executora do Quipea

A Equipe Executora responsável pela realização das atividades do Quipea é composta atualmente por uma Coordenação Geral, uma Coordenação Pedagógica, duas Coordenadoras de Campo, uma Articuladora Social, catorze Apoiadores Locais e profissionais das diversas áreas que dão suporte administrativo ao Projeto: logística, comunicação, registros, organização de cursos, administrativo, financeiro e compras.

A Equipe que atua mais diretamente nas comunidades, ou, como denominamos, Equipe Quilombola é composta pelas duas Coordenadoras de Campo, a Articuladora Social e os catorze Apoiadores Locais. Essa Equipe Foi incorporada ao Projeto no início da Fase 2 e é composta para os membros das comunidades do Quipea, por solicitação da Comissão Articuladora, da qual falaremos a seguir.

A Equipe Quilombola contextualiza os trabalhos nas comunidades já que vive as

demandas colocadas por essa. Isso facilita o diálogo no interior do projeto, ao mesmo tempo que o mantém próximo e visível nas Comunidades. As Coordenadoras de Campo, a Articuladora Social e os Apoiadores Locais participaram da maioria das ações, de eventos políticos e de formação, orientando os comunitários, elaborando os registros e avaliação dos resultados. A equipe realiza mobilização nas comunidades para os eventos do projeto; faz leituras de documentos importantes para o projeto junto com as comunidades; socializa informações e eventos importantes para a construção da autonomia; facilitam o trabalho das Associações Comunitárias Quilombolas do Quipea; e articulam a integração das 20 comunidades. Ela é o principal canal de comunicação entre a Shell, a Equipe executora como um todo e a Shell.

Comissão Articuladora

A criação da Comissão Articuladora das Comunidades Quilombolas do PEA Shell foi uma das propostas dos participantes do I Encontro das Comunidades Quilombolas, realizado em maio de 2011 (Fase 1 do PEA Shell). Além disso, já estava previsto no Plano de Trabalho da Fase 1 a criação de uma Comissão Representativa das comunidades, que acompanharia os resultados do Encontro. Após um processo de reflexão sobre o papel que a Comissão Articuladora assumiria na execução do Projeto, pactuou-se que fosse um colegiado com representantes de todas as comunidades quilombolas do Projeto e que se constituísse em um espaço de aprendizagem e de consolidação das decisões tomadas pelas comunidades. Além disso, na esteira da proposta das comunidades durante o Encontro, coube a Comissão promover a constante troca de experiências e informações entre representantes das diferentes regiões e dialogar com as suas comunidades sobre as decisões a serem tomadas no seu pleno.

Houve um grande salto de qualidade nas reuniões da Comissão Articuladora com a eleição da nova mesa coordenadora, em setembro de 2015, e a presença mais constante e qualificada na condução das reuniões e desenvolvimento de suas pautas. O aproveitamento e foco nos diálogos estabelecidos pelos representantes comunitários nos seus espaços específicos de interação, geralmente antes do início das reuniões da Comissão, mostra o amadurecimento na compreensão das pautas estabelecidas, mas também no que o Projeto pode estar contribuindo com o empoderamento das comunidades.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROJETO QUIPEA

São diversas as ações desenvolvidas pelo Quipea estabelecidas pelos seus Planos de Trabalho, além de algumas que são incorporadas no processo de desenvolvimento do mesmo. Falaremos sobre as principais dela para melhor conhecimento da atuação do projeto junto às comunidades quilombolas.

Encontros Regionais

Para cada final de fase do projeto ficou estabelecida a realização de um Encontro Regional. Esses encontros têm como principal objetivo promover o intercâmbio entre representantes das comunidades do QUIPEA e com elas planejar os próximos passos do Projeto. Em maio de 2011 foi realizado o 1º Encontro Regional das Comunidades Quilombolas do QUIPEA, onde foram feitas várias propostas pelos representantes quilombolas para a Fase 2, tendo como objetivo a construção do Plano de Trabalho.

Nos diálogos estabelecidos com a Comissão Articuladora para a realização do 2º Encontro Regional das Comunidades Quilombolas do QUIPEA, entendeu-se a necessidade de se qualificar melhor a participação das comunidades do Quipea, além de ampliar a participação dos comunitários nessas considerações sobre o Plano de Trabalho da Fase 3. Criou-se um Grupo de Trabalho, com acadêmicos e quilombolas, que reuniu as principais necessidades das comunidades em grandes temas, trazendo alguns conceitos fundamentais para as questões quilombolas.

Assim foram realizadas 07 Reuniões Preparatórias ao Encontro Regional articulando as comunidades levando em consideração a proximidade territorial, semelhanças e identidades. As Reuniões Preparatórias também foram construídas com a perspectiva de identificar situações-limite a serem resolvidas com o Quipea e, a partir delas, propor possibilidades, considerando os objetivos e limites do projeto, agrupadas em temas discutidos com a Comissão Articuladora, e também baseadas em Eixos Temáticos para a Fase 3, previamente aprovados pela Comissão Articuladora das Comunidades Quilombolas do QUIPEA, e que necessariamente possuem uma relação com as demandas das comunidades, com as políticas públicas e com a Nota Técnica Nº 01/10 do IBAMA. O resultado do 2º Encontro Regional foi a produção da Agenda Socioambiental com os insumos para a construção do Plano de Trabalho para a Fase3.

Eventos Culturais

Foram realizados três Eventos Culturais durante esse período do projeto, em 2013, 2014 e outro em 2015, cuja intenção é promover o intercâmbio cultural entre as

comunidades do Projeto e o reconhecimento e valorização das práticas culturais locais. A partir de uma proposta pedagógica dos Eventos, dialogada com a Comissão Articuladora, são realizadas reuniões com as comunidades para trabalhar os conceitos das temáticas escolhidas pelas comunidades que recebem o evento, além da identificação das manifestações culturais de cada comunidade e o que ela quer compartilhar.

Foi criado ainda no âmbito da Comissão Articuladora, o Departamento Cultural, composto por quilombolas, que gesta todo o evento juntamente com a Equipe Executora. O Departamento Cultural prepara a proposta do Evento e submete a Comissão Articuladora para sua aprovação.

Durante os Eventos acontecem Mesas Redondas sobre as Temáticas escolhidas e mostras das manifestações locais (culinária, artesanato, canto, dança, histórias, etc.). O produto dos três eventos resulta em um material de registro e divulgação da cultura das comunidades quilombolas do Quipea.

Intercâmbios Culturais

O Intercâmbio Cultural tem como objetivo fortalecer a identidade étnica e social das 20 comunidades quilombolas do Quipea. Esse objetivo é alcançado por meio da observação participante dos visitantes com trocas de experiências com os anfitriões, conhecendo a maneira como gestam seus recursos naturais e culturais, como se organizam para as atividades comunitárias, a ação das lideranças locais e o acesso às políticas públicas.

O processo de realização dos Intercâmbios Culturais está baseado na seguinte lógica de atividades: Elaborar um levantamento acerca dos eventos culturais; discutir o levantamento com a Comissão Articuladora; elaborar plano de apoio; executar e avaliar o Intercâmbio Cultural. A Equipe Executora analisa as opções, explicita-as a Comissão Articuladora que escolhe destinos para a realização dos Intercâmbios. Eles foram realizados em: na Comunidade Quilombola de Ivaporunduva (Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos) no Vale do Ribeira em São Paulo; na Comunidade Quilombola de Campinho da Independência (Roteiro de Turismo Etnoecológico) em Paraty/RJ e na Comunidade Quilombola de Mandira (Cooperativa de Ostras) no litoral sul de São Paulo.

Existem critérios para a participação nos Intercâmbios Culturais como: Ser maior de idade, ter envolvimento com a cultura da comunidade, ter disponibilidade total para viajar durante 4 dias, se comprometer em realizar a atividade proposta e estar disposto a

assimilar ideias e ser multiplicador de determinadas ações dentro da sua comunidade.

Formação de Lideranças

Lideranças que entendam o funcionamento da sociedade onde vivem e tem a oportunidade de desenvolver sua habilidade para identificar as forças que se correlacionam e os diferentes interesses presentes são fundamentais quando se pretende reforçar a organização comunitária. O contexto vivenciado pelas comunidades, que têm dificuldades históricas no acesso a seus direitos básicos, também demanda que as entidades representativas atuem para garanti-los. Além disso, há diversas oportunidades de captar recursos públicos e privados para promover melhoria na qualidade de vida das comunidades, garantindo o essencial para seu fortalecimento – como indivíduos e coletividade.

A formação de lideranças, em especial para potencializar o acesso às políticas públicas, foi uma das necessidades levantadas pelos participantes do I Encontro das Comunidades Quilombolas. A Equipe Executora identificou dificuldades na regularização e formalização das entidades representativas, o que as fragiliza e, em muitos casos, impede o acesso às políticas públicas e também aos recursos públicos disponíveis. Neste contexto, constituiu-se como um eixo central da Fase 2 do Quipea a potencialização de lideranças e o fortalecimento das entidades representativas, por meio de processos formativos. Isto foi realizado de modo transversal, a partir de reflexões sobre a prática das lideranças, em busca da práxis, constituindo-se como uma das intenções fundamentais nas atividades realizadas. A Formação de Lideranças, que abrange a Comissão Articuladora, as Diretorias das Associações Comunitárias e comunitários indicados, é realizada através de Seminários, Oficinas Técnicas e Rodas de Conversa.

Avaliação e Monitoramento do Projeto Quipea.

Avaliar faz parte do processo educativo e é um momento essencial da execução de projetos de cunho social. A avaliação gera conhecimento para os sujeitos que dela participam e pode garantir o sucesso ou fracasso de um processo. Refletir sobre as ações empreendidas e sua relação com os resultados desejados e os princípios que fundamentam a prática educativa pode gerar a redefinição de estratégias. Ao mesmo tempo, a avaliação poderá contribuir para a revisão dos resultados esperados, ou seja, do horizonte do inédito-viável. Avaliar, portanto, não só tem valor do ponto de vista operacional, como também é importante pedagogicamente.

Ao mesmo tempo, devemos reconhecer os limites do próprio processo avaliativo, uma vez que os resultados esperados devem ser traduzidos em mudanças. A lógica social não comporta o estabelecimento de relações de “causa-efeito”, uma vez que uma mudança social pode ter sido induzida por diversos fatores e suas relações ao longo do tempo. Desta forma, é difícil afirmar que um determinado projeto foi responsável por determinada mudança. No processo que ora planejamos, a avaliação será realizada a partir da ótica da execução e também dos sujeitos da ação educativa. No caso da execução do Quipea, a questão primordial será se as atividades realizadas estão atingindo os objetivos, metas e resultados esperados.

O processo avaliativo tem sido realizado de forma contínua e diversificado. Em todas as atividades realizados utilizamos uma metodologia avaliativa que deve permitir a participação de todos e todas. O processo de avaliação tem como base os indicadores e meios de verificação estabelecidos nos Plano de Trabalho.

APRECIÇÃO DOS RESULTADOS PRODUZIDOS DURANTE AS FASES 1 E 2.

As atividades previstas no Plano de Trabalho para o período relatado foram realizadas de forma participativa e geraram resultados significativos. A atuação na base concorre para alcance do objetivo de fortalecimento da organização comunitária nos territórios. O resultado dos três Eventos Culturais realizados, traduziu-se na produção de saberes diversos, visibilidade regional das comunidades que realizam a atividade em seus territórios, a valorização da mão de obra local como demanda das comunidades locais e a discussão política construída durante a realização das Mesas Redondas com a temática escolhida pelas comunidades.

A troca de experiência sobre gestão comunitária e aprendizagens oportunizadas pelos Intercâmbios Culturais foram conquistas que se sobressaíram, respectivamente. Intercâmbios Culturais são de grande importância para o conhecimento de outras comunidades, principalmente aquelas que são autossustentáveis e tem bons exemplos de sucesso na vida cotidiana. As comunidades, no pós intercâmbio, aumentaram sua curiosidade de ter e saber mais sobre outros quilombos, despertando o desejo de fortalecer mais a identidade, a coletividade, o fazer juntos, por que sozinho não se consegue avançar. A organização comunitária das comunidades visitadas foi um aspecto fundamental para que as Associações fossem fortalecidas com a participação dos comunitários. Os participantes do Intercâmbio Cultural partilham de tradições culturais, culinária típica, hospedagem comunitária e processos de cultivo e de economia solidária

e comunitária desenvolvidos por essas comunidades visitadas. Eles também falam da experiência do Quipea e constroem juntas novas alternativas para auto sustentabilidade das comunidades. A elaboração das reivindicações a serem feitas, sejam aos governos, seja ao IBAMA, estão mais específicas e com qualidade de argumentação. A participação em Editais, a busca de domínio sobre a elaboração de projetos, e a articulação política com as entidades de representação da política quilombola, mostram o salto qualitativo das lideranças do Quipea na Fase 2.

A Comissão Articuladora avançou em competência e qualidade com a eleição da nova mesa coordenadora e a presença mais constante e qualificada dessa coordenação na condução das reuniões e desenvolvimento de suas pautas. O aproveitamento e foco nos diálogos estabelecidos pelos representantes comunitários nos seus espaços específicos de interação, mostra o amadurecimento na compreensão das pautas estabelecidas, mas também no que o Projeto pode estar contribuindo com o empoderamento das comunidades.

Outro fator importante, que demonstra o sucesso dos processos educativos estabelecidos pelo Quipea, é a participação cada vez maior dessas lideranças comunitárias nos espaços decisórios em nível federal, estadual e municipal. É impressionante verificar que a maioria esmagadora dos membros da Comissão Articuladora, tem assentos em Conselhos de Diversas Temáticas (Educação, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Criança e Adolescentes, Direitos Humanos), Comissões, Seminários, Conferências, Audiências Públicas, entre outros. Muitos possuem hoje transito qualificado com as gestões municipais onde estão localizados seus territórios.

A Equipe Executora reconhece o avanço da autonomia e do empoderamento das lideranças comunitárias do Quipea, porém constata o desafio de ampliação da discussão política junto aos comunitários na socialização das informações e formações, a democratização das gestões das Associações Comunitárias, poder de mobilização comunitária, como um dos desafios do processo educativo do Quipea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 146 p.
- FREITAS, Ana L. S. de. *Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar*. V *Colóquio Internacional Paulo Freire* – Recife, 2005.

Araújo, L. F. de

FREITAS, Maria T. de A. A abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, jul. 2002. p. 21-39.